

ÁGUA E AMBIENTE

3ª EDIÇÃO
DEZEMBRO
2021



Revista do Cenário
Ambiental da Região
Hidrográfica Macaé
e das Ostras



ÍNDICE

- 02 APRESENTAÇÃO
- 03 BALANÇO QUANTITATIVO E QUALITATIVO
- 03 Aspectos quantitativos dos recursos hídricos na RH-VIII
- 05 Aspectos qualitativos dos recursos hídricos na RH-VIII
- 05 Monitoramento da Qualidade das Águas
- 05 Água dos Rios
- 06 Balneabilidade das Praias
- 07 INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO
- 07 O Plano de Bacia Hidrográfica
- 08 O enquadramento dos corpos d'água
- 10 A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos
- 11 A cobrança pelo uso dos recursos hídricos
- 12 O Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos
- 12 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- 13 Abastecimento de água na RH-VIII
- 13 Esgotamento Sanitário na RH-VIII
- 14 INVESTIMENTOS NA BACIA
- 16 NOTÍCIAS DO CBH MACAÉ
- 17 Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras
- 18 Grupo de Trabalho Abertura de Barra Arenosa e Canal Extravasor da Lagoa Imboassica
- 19 Parque Natural Municipal Fazenda Atalaia
- 20 Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima

APRESENTAÇÃO

Figura 1: Mapa de atrativos naturais da Região Hidrográfica VIII.
Fonte: PRH-VIII/2014



A Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (RH-VIII do Estado do Rio de Janeiro) está localizada na porção sudeste do Estado e abrange integralmente o município de Macaé, e parcialmente os municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Conceição de Macabu e Carapebus. Essa Região Hidrográfica, que abrange as Bacias Hidrográficas do Rio Macaé, do Rio das Ostras e a Lagoa Imboassica, exhibe belezas naturais de inestimável importância ambiental, tais como as cachoeiras do Arraial do Sana, o Encontro dos Rios Macaé e Bonito em Lumiar, as praias de Rio das

Lumiar, as praias de Rio das Ostras, a Lagoa Imboassica de Macaé, entre outras. Esses encantos atraem turistas que, em conjunto com a instalação e atuação de indústrias, agregam à região uma significativa importância socioeconômica e ambiental.

Em 2003, foi criado o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras para a gestão das águas na RH-VIII, e sua composição abrange os setores da Sociedade Civil, Poder Público e Usuários dos recursos hídricos. Em 2012, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, por meio do Contrato de Gestão Nº 01/2012, mediante

anuência do CBH-Macaé, delegou ao Consórcio Intermunicipal para a Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira – CILSJ a competência de Agência de Água da Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio de Janeiro. A assinatura deste contrato teve como objetivo aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos na região hidrográfica acima mencionada, por meio de suporte na elaboração de estudos e planos por parte do CILSJ, bem como da execução de projetos aprovados pelo CBH-Macaé e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ.

BALANÇO QUANTITATIVO E QUALITATIVO

O balanço hídrico é a relação entre a disponibilidade hídrica e as demandas, ou seja, a vazão que resta no corpo hídrico após as retiradas de água para consumo dos diversos setores - industrial, abastecimento humano, mineral e agropecuário.

Aspectos quantitativos dos recursos hídricos na RH-VIII

No Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (PRH-RH-VIII, 2014), o balanço hídrico quantitativo na RH-VIII foi simulado por meio de um modelo matemático, considerando-se di-

ferentes situações hidrológicas. Os mapas do balanço hídrico, para o ano de 2012 e considerando-se as vazões Q90%, Q95% e Q7,10 podem ser visualizados nas páginas 63 a 68 do PRH-RH-VIII. De maneira geral, não

há comprometimentos significativos das disponibilidades em relação às demandas na maior parte dos trechos fluviais. As seguintes observações merecem atenção, da montante à jusante:

▶ Nos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar, existem comprometimentos das disponibilidades considerando-se a vazão Q7,10, na ordem de 60 a 80% (córrego Sibéria e pequenos afluentes da margem direita do rio Macaé) e demanda maior que disponibilidade (córrego Boa Vista);

▶ No afluente da margem direita do rio Macaé, onde ocorre captação para abastecimento industrial, há comprometimento na ordem de 60 a 80% da vazão Q7,10.

▶ A região denominada Severina concentra várias capta-

ções para abastecimento público, indústria e termoelétricas, com comprometimento de 60% da vazão Q7,10, cenário que indica a necessidade de restrição a novas outorgas. Problemas adicionais como concentrações de várias captações de grandes volumes em pequenos trechos e assoreamento devido às práticas agropastoris agravam a situação;

▶ No afluente da margem esquerda do rio das Ostras, ocorre captação em mananciais subterrâneos por indústrias de pequeno porte, cuja demanda representa de 60 a 80% da vazão Q7,10, merecendo restrição a novas outorgas;

▶ No rio Imboacica existe uma concentração de captações subterrâneas para fins industriais, cuja demanda já configura 100% da vazão Q7,10;

▶ Vale ressaltar que, no ano de 2032, o trecho final do rio Macaé, estará com comprometimento de disponibilidades superior a 100% sem a transposição do rio São Pedro. Com a transposição, o comprometimento seria entre 60 a 80%. O trecho médio do rio Macaé passa a apresentar cenários críticos a partir de 2022, sendo que em 2027, é provável a necessidade de restrição de novas outorgas.



O balanço hídrico quantitativo realizado para as cenas de 2017, 2022, 2027 e 2032, este último correspondendo ao cenário de maior dinâmica econômica (Desenvolvimento Integrado/Emergência) estão apresentados no Quadro 1a seguir :

Quadro 1: Balanço Hídrico Quantitativo da RH-VIII para os anos de 2012 a 2032.

Curso de água	Trecho	Cenas				
		2012	2017	2022	2027	2032
Percentuais de comprometimento da Q _{7,10}						
Rio das Ostras	Captação I5	60 a 80	80 a 100	> 100	> 100	> 100
	Trecho final	40 a 60	40 a 60	60 a 80	60 a 80	80 a 100
Rio Macaé	Da ponte do Baião até foz do rio Dantas	20 a 40	20 a 40	40 a 60	40 a 60	80 a 100
	Da foz do rio Dantas até foz do rio Purgatório	20 a 40	20 a 40	40 a 60	40 a 60	60 a 80
	Trecho médio da foz do rio Purgatório até a Severina	20 a 40	20 a 40	20 a 40	40 a 60	60 a 80
	Severina	60 a 80	60 a 80	80 a 100	> 100	>100
	Entre a afluição do rio São Pedro até foz, sem transposição do rio Macabu	40 a 60	40 a 60	60 a 80	80 a 100	>100
	Entre a afluição do rio São Pedro até foz, com transposição do rio Macabu	20 a 40	20 a 40	40 a 60	40 a 60	60 a 80
	Todo trecho	> 100	> 100	> 100	> 100	> 100
Bacia Alto Macaé	Córr. Sibéria (distrito de São Pedro da Serra)	60 a 80	60 a 80	80 a 100	80 a 100	80 a 100
	Córr. Boa Vista (distrito de Lumiar)	>100	>100	>100	>100	>100

Cenários: I - Desenvolvimento Integrado/Emergência; II – Desenvolvimento Endógeno/Conciliação na Divergência; III – Perda de Oportunidade/Desenvolvimento Perdido; IV – Estagnação/Repetência em História.

Fonte: PRH-VIII/2014

Foi estimado, para a cena de 2017, o comprometimento da vazão Q_{7,10} entre 80 a 100% no entorno de captação industrial no trecho do rio das Ostras. Como esperado, em 2022, o comprometimento para o mesmo trecho foi estimado como superior a 100% da Q_{7,10}

e de 60 a 80% na sua jusante. No mesmo ano, o trecho Severina atingirá comprometimento de 80 a 100% da mesma vazão e, em 2027, o mesmo ultrapassará 100%.

Diante dos resultados obtidos com as simulações para os cenários de balanço quantitativo

entre o período de 2012 a 2032, fica clara a necessidade de ações que maximizem a eficiência do uso da água, bem como a restrição a novas outorgas, de modo a promover a recuperação, a conservação e o planejamento da água da RH-VIII.

Aspectos qualitativos dos recursos hídricos na RH-VIII

Monitoramento da Qualidade das Águas

Os corpos hídricos da RH-VIII são monitorados sistematicamente pela Gerência de Informações Hidrometeorológicas e de Qualidade das Águas – GEIHQ, da Coordenadoria de Monitoramento da Qualidade Ambiental – COQUAM, setor da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade – DISEQ do Instituto Estadual do Ambiente – INEA. A GEIHQ/DIPOS tem a atribuição de monitorar a qualidade da água dos principais corpos hídricos do Estado do Rio de Janeiro. O monitoramento é orientado pela Resolução CONAMA Nº 357/2005, que estabelece os valores máximos para os parâmetros monitorados, as condições e padrões de lançamento de efluentes, em função da classe do corpo hídrico, consistindo nas etapas de planejamento, atividades de amostragem, análises laboratoriais e avaliação dos dados.

Água dos Rios

Os rios da RH-VIII são monitorados sistematicamente pela Gerência de Informações Hidrometeorológicas e de Qualidade das Águas do INEA, que Anualmente disponibiliza um Boletim Consolidado de Qualidade das Águas da Região Hidrográfica VIII – Macaé e Rio das Ostras, com os resultados do monitoramento periódico dos corpos de água doce da RH-VIII, por meio da aplicação do Índice de Qualidade de Água (IQANSF). Este índice consolida em um único

valor os resultados de dez parâmetros físicos, químicos e biológicos, monitorados em 10 (dez) localidades da RH-VIII.

Desde março de 2020 o Inea não disponibiliza em seu portal novos dados de monitoramento

da qualidade da água dos rios e lagoas da Região Hidrográfica VIII. Os dados e informações do IQANSF mais recentes são referentes a Janeiro e Março de 2020, que estão resumidos no mapa da Figura 2 e no Quadro 2.

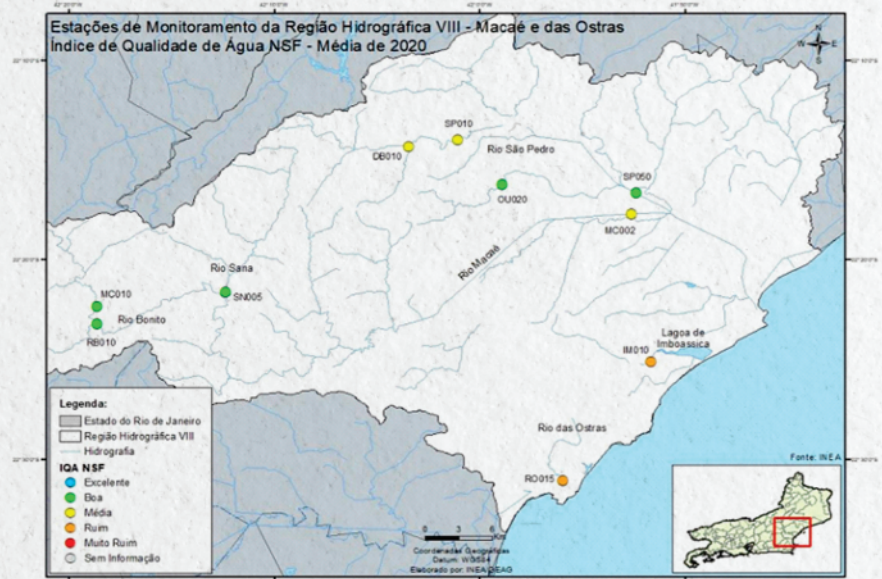


Figura 2: Resultados do Índice de Qualidade de Água (IQANSF) na RH-VIII. Fonte: INEA (2020)

ineá		BOLETIM CONSOLIDADO DE QUALIDADE DAS ÁGUAS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA VIII - MACAÉ E DAS OSTRAS (CONT.)													
RESULTADOS REFERENTES AO ANO DE 2020															
Estação de amostragem	Localização	Município	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	IQA Média 2020
DB0010	Rio Duas Barras	Macaé	64,2												64,2
IM0010	Rio Imboassica	Rio das Ostras	44,8												44,8
MC0002	Rio Macaé	Macaé			55,1										55,1
MC0000	Rio Macaé	Nova Friburgo	72,6												72,6
OU0000	Rio do Ouro	Macaé	74,0												74,0
RB0000	Rio Bonito	Nova Friburgo	81,4												81,4
RO0005	Rio das Ostras	Rio das Ostras	41,1												41,1
SN0005	Rio Sana		76,8												76,8
SP0010	Rio São Pedro	Macaé	63,9												63,9
SP0050					71,1										71,1
Categoria de Resultados			EXCELENTE		BOA		MÉDIA		RUIM		MUITO RUIM				
IQA _{med}			100 ≥ IQA ≥ 90		90 > IQA ≥ 70		70 > IQA ≥ 50		50 > IQA ≥ 25		25 > IQA ≥ 0				
Significado			Águas apropriadas para tratamento convencional visando o abastecimento público.						Águas impróprias para tratamento convencional visando abastecimento público, sendo necessários tratamentos mais avançados.						

Quadro 2: Resultados do Índice de Qualidade de Água (IQANSF) na RH-VIII. Fonte: INEA (2020)

Os resultados referentes aos meses do 1º semestre de 2021 ainda não foram disponibilizados no site órgão responsável, e podem ser acessados a qualquer momento no site do Inea (<http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/qualidade-das-aguas-por-regiao-hidrografica-rhs/>).

Balneabilidade das praias

O Instituto Estadual do Ambiente – INEA também realiza análises mensais de balneabilidade das praias da RH-VIII, exceto no verão, onde a frequência das análises aumenta em função de

ocorrências que podem comprometer a balneabilidade.

A classificação das praias quanto à balneabilidade considera os critérios determinados pelo CONAMA, por meio da Resolução N° 274/2000, e as observações de campo. Além do monitoramento, são realizadas inspeções visuais, de modo a identificar, em campo, fontes de poluição que possam comprometer a qualidade das águas.

Para o monitoramento da RH-VIII, a GEIHO/DISEQ conta com o apoio operacional da Superintendência Regional Macaé e das Ostras (SUPMA), e

realiza campanhas nas praias oceânicas e nas lagoas dos municípios de Rio das Ostras e Macaé. Os resultados atualizados do monitoramento são disponibilizados no site do INEA por meio do Boletim de Balneabilidade das Praias (<http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/balneabilidade-das-praias/>). Nesta página, são apresentados os resultados do monitoramento da balneabilidade das praias dos municípios de Rio das Ostras e Macaé para o ano de 2020. Os dados referentes ao ano de 2021 não foram disponibilizados até a data de publicação desta revista.



Figura 3: Pontos de monitoramento da Balneabilidade das praias de Macaé. Fonte: INEA (2021)



Figura 4: Pontos de Monitoramento da Balneabilidade das praias de Rio das Ostras. Fonte: INEA (2021)



INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Os instrumentos da Política de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro estão fundamentados no artigo quinto da Lei 3.239 de 2 de agosto de 1999, e foram criados com o objetivo de conservar, assegurar, proteger e recuperar as águas de determinada bacia hidrográfica.

Os diversos tipos de usos da água e a dependência que se tem dela em uma bacia hidrográfica têm modificado significativamente esse recurso natural. Para garantir o uso sustentável deste valioso bem público, a Política de Recursos Hídricos instituiu alguns mecanismos para viabili-

zar seus objetivos: os instrumentos de gestão.

Os instrumentos de gestão de recursos hídricos são mecanismos legais que interagem de forma interdependente e complementar visando sempre proteger e recuperar as águas de uma bacia hidrográfica. A implantação desses instrumentos demanda capacidades técnicas, políticas e institucionais, requerendo também a participação e aceitação de todos os atores envolvidos.

A Política de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro instituiu sete instrumentos,

sendo eles: I O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI); II O Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROHIDRO); III Os planos de Bacia Hidrográfica (PBH'S); IV O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes dos mesmos; V A outorga de direito de usos de recursos hídricos; VI A cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos; e VII O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SEIRHI).

O Plano de Bacia Hidrográfica

Nos moldes da Lei 3.239/99, os Planos de Bacia Hidrográfica servem para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e devem contemplar elementos que tenha como base relacionar as características sociais econômicas e ambientais da bacia e da zona estuarina; devem também considerar alternativas para o crescimento demográfico, incluindo atividades produtivas e de alterações nos padrões de ocupação do solo; fazer o diagnóstico dos recursos hídricos e os ecossistemas aquáticos; fomentar o cadastro de usuários, inclusive de poços tubulares; devem ainda, fazer o mapeamento dos municípios no tocante as suas capacidades econômico-financeiras e em especial dos setores de saneamento básico e de resíduos sólidos; realizar projeções de de-

atividades produtivas e de alterações nos padrões de ocupação do solo; fazer o diagnóstico dos recursos hídricos e os ecossistemas aquáticos; fomentar o cadastro de usuários, inclusive de poços tubulares; devem ainda, fazer o mapeamento dos municípios no tocante as suas capacidades econômico-financeiras e em especial dos setores de saneamento básico e de resíduos sólidos; realizar projeções de de-



Figura 5: Relatório Síntese do PRH-VIII.
Fonte: PRH-VIII/2014

O Plano de Recursos Hídricos da RH-VIII (PRH-VIII) surgiu num contexto de crescimento das atividades petrolíferas e pressão ambiental sobre os recursos hídricos. Diante de problemas como: situação de escassez hídrica no trecho da bacia conhecido como Severina; O assoreamento do rio Macaé em seu médio e baixo curso; e Intrusão salina na foz do rio Macaé; em 2010, foi estabelecido um convênio entre o INEA e a Petrobrás para o financiamento e a contratação do PRH-VIII. O Plano de Bacia do CBH Macaé, foi aprovado em Plenária no dia 19/11/2013, e foi referenciado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na 56ª Reunião Plenária, realizada no dia 30/04/2014.

A estratégia de implementação dos programas e ações do

PRH foi a formação de uma aliança pelas águas, chamado Pacto das Águas, responsável por implementar os programas propostos. A estratégia é composta por duas fases: Divisão de Responsabilidades na implementação dos Programas de Ação e Acompanhamento da Implementação dos Programas de Ação.

O Plano avaliou a disponibilidade hídrica, o nível de qualidade de água na bacia e analisou as condições naturais para o equilíbrio do ecossistema e atendimento da necessidade de crescimento dos municípios, visando ao aprimoramento da gestão das águas da Região Hidrográfica e a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Este Plano, ainda, fornece subsídios ao CBH Macaé, com a pré-definição de ações,

programas e metas, permitindo definir prioridades para a aplicação dos recursos financeiros em iniciativas que almejem a manutenção e recuperação ambiental na região hidrográfica.

Em 2014 foi criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos da RH VIII e do Plano Estadual dos Recursos Hídricos (Resolução N° 51/2014); e, no presente momento, estão acontecendo discussões no âmbito do CBH Macaé com vistas a buscar meios de realizar a revisão do Plano de Bacia da RH-VIII. Por ter sido confeccionado entre os períodos de 2012 e 2014, o PRH-VIII encontra-se em tempo de ser realizada uma revisão a fim de garantir informações atualizadas que reflitam de forma fiel a realidade da bacia hidrográfica.

O enquadramento dos corpos d'água

O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes. O enquadramento é o estabelecimento da meta de qualidade da água a ser alcançada ou mantida em um segmento de corpo de água de acordo com os usos permitidos e a classificação dos corpos de água é estabelecida de acordo com Resolução Conama n° 357/2005.

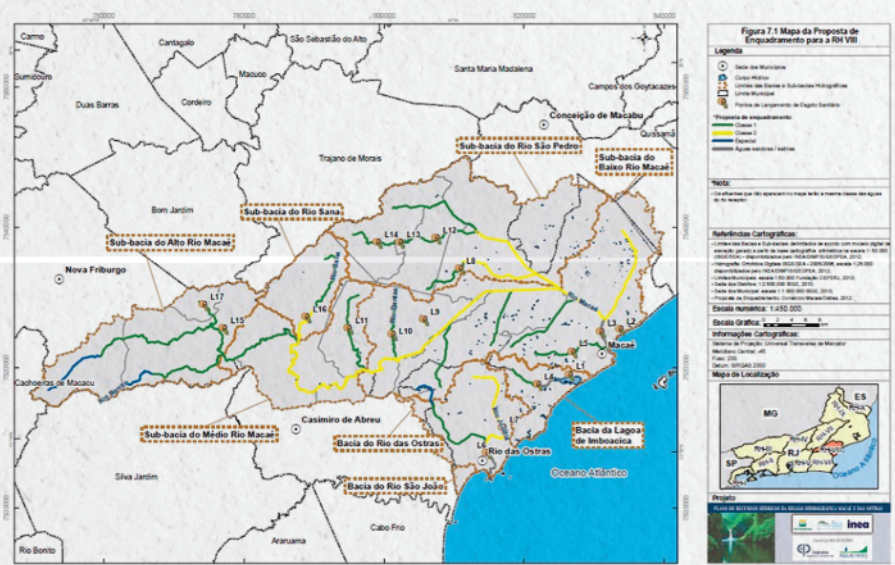


Figura 6: Proposta de Enquadramento dos corpos d'água da RH-VIII.
Fonte: PRH-VIII

No PRH-VIII, foram iniciados estudos de qualidade de água que subsidiaram uma proposta de enquadramento dos corpos hídricos da região. Esta proposta foi, primordialmente, baseada nas intenções de uso das águas, obtidas na avaliação integrada, assim como nas projeções realizadas e nas particularidades da RH-VIII, dentre elas, a influência das marés nos trechos próximos as fozes. A figura presente nesta página indica a proposta de enquadramento do Plano de Recursos Hídricos da RH-VIII.

O Plano de Recursos Hídricos estabelece o ano de 2022 como horizonte para validação da proposta e efetivo enquadramento dos corpos d'água da RH-VIII em função de seus usos preponderantes.

Ao longo do ano de 2018, o CBH Macaé discutiu como será conduzido o processo de validação da proposta de enquadramento contida no PRH. Ficou definido que a validação da proposta se dará por meio de consultas populares, oficinas e seminários técnicos, conforme descrito no trabalho de TORRES (2003).

Em 2019, dando segmento às definições ocorridas no ano anterior, o CBH Macaé iniciou a realização do processo de consultas públicas para a validação da proposta técnica de enquadramento dos rios e lagoas da região hidrográfica Macaé/Ostras. Esta atividade consistiu na realização da "Oficina do Saber Técnico", que reuniu diversos especialistas no tema que obtinham conhecimento sobre a RH-VIII.

Apesar da pandemia da COVID-19, no ano de 2020, foi realizada a Oficina do Saber Corporativo, que reuniu diversos representantes do setor corporativo que tem identificação direta ou indireta com o uso das águas na RH-VIII. Esta Oficina estava prevista para ocorrer de forma presencial, porém, devido à Pandemia da COVID-19 e, consequentemente, às medidas de isolamento social, o evento ocorreu por meio de videoconferência. A Oficina de Saber Corporativo contou com a mediação do professor Fernando Setembrino Cruz Meirelles, doutor em recursos hídricos e saneamento ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com

vasta experiência em consultoria para elaboração de planos de bacias hidrográficas. Estiveram presentes representantes dos Setores de Saneamento, hoteleiro, óleo e gás, Termelétricas, Comercial e Industrial de toda a Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras.

Na fase atual, a sociedade é convidada a participar de oficinas setoriais para avaliar os termos da proposta técnica e sugerir alterações, quando necessário. As outras oficinas, destinadas aos outros setores da sociedade (Saber Popular e Saber Político), estão previstas para ocorrer em 2022.

Para complementação e continuação do processo de enquadramento o CBH Macaé aprovou, no ano de 2020 foi destinado o montante de R\$ 48.593,40 (quarenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos) por meio da Resolução CBHMO nº 121/2020. No ano de 2021, a CTIG, junto a CTEACOM, discutiu a retomada e o planejamento para realização das Oficinas de Enquadramento do Saber Popular e Saber Político, ações que foram dificultadas em razão da pandemia da COVID-19.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos

Segundo a Lei Estadual nº 3239/99, as águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após outorgado, pelo poder público, o direito de uso. Dentre os usos sujeitos a outorga, tem-se: derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo hídrico; extração de água de aquífero; lançamento, em corpos d'água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais

hidrelétricos; e outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo hídrico.

O Plano de Recursos Hídricos da RH-VIII, concluído em dezembro de 2013, considera o cadastro dos usuários de recursos hídricos, bem como a outorga de direito de uso, como instrumentos para o alcance gradual de índices de eficiência no uso, e aponta, ainda, que deverão ser propostos critérios para captação de águas superficiais e subterrâneas, e alternativas para fixação da vazão ecológica,

quando da emissão das outorgas.

No ano de 2020, os usuários existentes na Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras totalizaram o número de 57 (cinquenta e sete) outorgados e cobrados. Já em 2021, esse número teve um leve acréscimo, atingindo a marca de 63 (sessenta e três) outorgados e cobrados distribuídos em diferentes finalidades de uso.

A maior parte dos usuários outorgados encontra-se no município de Macaé, o maior em extensão e população dentro dos limites da RH-VIII.

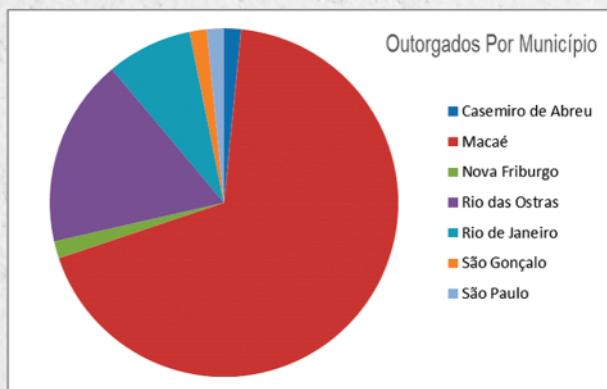


Figura 7: Gráfico de outorgados por município.

Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em janeiro/2022.

No que diz respeito à finalidade de uso da água, destaca-se que o maior número de usuários outorgados da RH corresponde à categoria Outras, que abrange atividades de construção civil,

distribuição particular de água, condomínios residenciais, entre outras.

Os números apresentados se referem à quantidade de outorgados cobrados para cada finali-

dade, não refletindo o volume de água que de fato é demandado por cada categoria. Em termos de quantidade, as finalidades de uso que mais utilizaram água, na RH-VIII são Indústria, Termelétrica e Saneamento.



Figura 8: Distribuição de outorgados por finalidade de Uso na RH-VIII.

Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em janeiro/2022.

Tabela 1: Número de outorgados por município

Município	Nº de Usuários Outorgados
Casemiro de Abreu	1
Macaé	43
Nova Friburgo	1
Rio das Ostras	11
Rio de Janeiro	5
São Gonçalo	1
São Paulo	1
Total	63

Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em Janeiro/2022.

Finalidade do Uso	Nº de Usuários Outorgados
Consumo Humano	7
Criação Animal	1
Indústria	8
Saneamento	6
Termelétrica	4
Lançamento de Efluentes ETE	2
Outros	35

Tabela 2: Distribuição de outorgados por finalidade de uso na RH-VIII

Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em janeiro/2022..

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Os principais objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos é fazer reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, incentivar sua racionalização e obter recursos finan-

ceiros para o financiamento do programas propostos nos PRH.

Conforme visto no tópico anterior (Outorgas), embora o maior número de outorgas da Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras seja para

Outras finalidades de uso, o Saneamento é a finalidade com a arrecadação mais expressiva na Região Hidrográfica, seguida de Termelétrica e Indústria, usos que refletem a vocação econômica da região.

Tabela 3: Arrecadação por finalidade de uso na RH-VIII em 2021.

Finalidade de Uso	Arrecadação
Saneamento	R\$ 1.157.616,85
Termelétrica	R\$ 918.332,87
Indústria	R\$ 505.201,83
Outros	R\$ 100.021,01
Consumo Humano	R\$ 10.583,70
Lançamentos ETE	R\$ 1.205,82
Criação Animal	R\$ 907,33

Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em janeiro/2022.

Figura 9: Arrecadação por finalidade de uso na RH-VIII em 2021.



Fonte: INEA adaptado por CILSJ. Atualizado em janeiro/2022.

Em dezembro de 2021, o CBH Macaé retomou o Grupo de Trabalho da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos,

onde foi eleita a coordenação do Grupo de Trabalho e foi discutida a viabilidade de realização de um estudo de impacto dos valo-

res praticados na cobrança sobre os diferentes segmentos de usuários na RH-VIII.

O Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos

O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH) é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão, e os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão incorporados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Os princípios básicos para o funcionamento do SIRH são: a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, coordenação unificada do siste-

ma, e o acesso aos dados e informações garantindo à toda a sociedade. Os objetivos do SIRH são reunir, dar consistência e divulgação dos dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil, devem estar sempre atualizando permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional, e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

O CBH Macaé, junto ao CILSJ, vem trabalhando para

implementação do Sistema de Informações da RH-VIII, que se encontra em fase de licitação. Para isso, o CBH Macaé aprovou:

Em 2017, o CBH Macaé destinou R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) para a Plataforma de Geoprocessamento da RH VIII. Já no ano de 2020, foram destinados R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) para o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da RH-VIII, por meio das aprovações das Resoluções CBH Macaé nº 120/2020 e 130/2020.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em 1996, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. O SNIS, atualmente, é a base de dados mais completa sobre o setor no Brasil, reunindo informações e indicadores dos prestadores de serviços que responderam ao SNIS em cada ano de referência. Para os serviços de água e esgoto, os dados são atualizados anualmente desde o ano de referência 1995. O “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos”, referente ao ano de 2020, disponibilizado em dezembro de 2021, é a publicação mais recente disponível. Dessa forma, os dados disponibilizados pelo SNIS possuem defasagem de um ano em relação aos dados coletados. Os

dados apresentados são para os municípios de Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Nova Friburgo e Rio das Ostras. Informações sobre o município de Conceição de Macabu não constam aqui, visto que sua área incluída na RH-VIII é pequena e consiste em área rural.

Os prestadores de serviço de água e esgoto nestes cinco municípios são diversos, e incluem sociedade de economia mista com administração pública (Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE), empresas privadas (BRK Ambiental Macaé S.A. – BRK Macaé; Águas de Nova Friburgo Ltda - CANF e BRK Ambiental Rio das Ostras S.A), administração pública

direta (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras – PMRO) e autarquias (Serviço autônomo de água e esgoto – SAAE). Em Casimiro de Abreu e Macaé, o abastecimento de água é realizado pela CEDAE e complementado pelo SAAE (Casimiro de Abreu) e pela PMM (Macaé). Em Macaé e Rio das Ostras, as prefeituras municipais também complementam o atendimento por esgotamento sanitário fornecido por empresa privada (BRK). Apenas em Nova Friburgo, o serviço de água não é fornecido pela CEDAE, enquanto ambos os serviços (água e esgoto) são fornecidos pela mesma companhia privada (CANF).

Quadro 3: Abastecimento de água na RH-VIII em 2020.

Abastecimento de Água na RH-VIII 2020 (SNIS 2021)							
Município	Prestador de Serviço	População Residente Total (IBGE)	População Total Atendida com Abastecimento de Água (hab)	Índice de atendimento total de água (%)	Volume de água tratada (100m ³ /ano)	Consumo per capita (l/hab.dia)	Índice de perdas na distribuição (%)
Carapebus	CEDAE	16.586	3.914	23,6	331	90,26	58,83
Casimiro de Abreu	CEDAE	45.041	12.309	27,33	12833	110,01	5,91
Casimiro de Abreu	SAAE	45.041	25.047	55,61	2.063,21	171,56	22,45
Macaé	CEDAE	261.501	222.507	85,09	21148	135,06	31,22
Macaé	PNM	261.501	15.000	5,74	893,00	403,11	10,14
Rio das Ostras	CEDAE	155.193	102.533	66,07	0,00	91,05	68,49
Rio das Ostras	SAAE	155.193	2.143	1,38	68,04	82,78	5,01
Nova Friburgo	Águas de NF	191.158	166.978	87,35	13.541,86	136,67	30,46

Fonte: SNIS (2021)

Abastecimento de água na RH-VIII

Segundo os dados do SNIS (2021), referentes ao ano de 2020, o menor índice de atendimento de água na RH-VIII é verificado para Carapebus (23,6%). Os municípios mais populosos da RH-VIII (Macaé e Nova Friburgo), apresentam índice de atendimento acima de 80%. Destaca-se a redução do índice de atendimento de água pela CEDAE no município de Rio das Ostras, que era de 94,04% de atendimento em 2019 e passou a ser de 66,07% em 2020. Esse decréscimo pode ter ocorrido devido ao fato de que a

ocorrido devido ao fato de que a CEDAE instituiu um grupo de trabalho para aprimorar a forma de coleta dos dados para o SNIS, buscando atender as melhores práticas e rastreabilidade. Novas metodologias mais aderentes ao consumo real, minimizando dados estimados foram implantadas que levaram a uma modificação das informações de consumo (SNIS, 2021).

O Atlas de Abastecimento Urbano de Água, ANA (2010) apresentou recomendações para a viabilização dos projetos e para o financiamento das inter-

venções previstas no portfólio de obras e investimentos resultante do desenvolvimento das atividades. No geral o documento sugere o aumento da vazão de captação e melhoras no tratamento de água nos municípios com maiores volumes de captação, sendo eles: Macaé, Rio das Ostras e Nova Friburgo. Para o aumento da vazão, é necessário adotar políticas ambientais sustentáveis e implementação de projetos que visem o aumento da produção de água nos mananciais.

Esgotamento Sanitário na RH-VIII

O SNIS 2021 apresentou índices baixos de atendimento de esgotamento sanitário para Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu no ano de 2020, enquanto apenas Nova Friburgo e Carapebus apresentam situação satisfatória de atendimento (>95%).

Ao comparar os dados do SNIS referentes ao ano de 2020 com os dados do SNIS referentes ao ano de 2021, destaca-se o decréscimo na população atendida com esgotamento sanitário

da com esgotamento sanitário prestado pela concessionária BRK Ambiental no município de Macaé, que era de 182.241 habitantes e diminuiu 164.757 habitantes. Este decréscimo pode ser explicado pelo fato de haver cerca 20 mil imóveis atendidos pela concessionária que não estão cadastrados e por isso podem ter sido desconsiderados na projeção do número de habitantes atendidos com esgotamento sanitário no ano de 2020. Além disso, segundo o SNIS

(2021), há cerca de 239.000 habitantes na área de concessão da BRK Ambiental em Macaé.

Um outro destaque é a redução no índice de coleta de esgoto no município de Casimiro de Abreu, que passou de 100% em 2019 para 74,84%, segundo o SNIS (2021). Por outro lado, esta redução influenciou no aumento do índice de tratamento do esgoto coletado que passou de 75% para 100% em 2020 no município (SNIS, 2021).

Quadro 4: Esgotamento Sanitário na RH-VIII em 2020.

Esgotamento Sanitário na RH-VIII 2020 (2021)								
Município	Prestador de Serviço	População Residente Total (IBGE)	População atendida com esgotamento (hab)	Volume de esgoto coletado (100m³/ano)	Volume de esgoto tratado (100m³/ano)	Índice de coleta de esgoto (%)	Índice de tratamento (%)	Índice de atendimento Urbano em municípios atendidos com esgotamento (%)
Carapebus	PMIC	16.586	16.301	658,00	658,00	-	100,00	98,28
Casimiro de Abreu	SAAE	45.041	23.001	1129,07	1129,07	74,84	100,00	63,29
Macaé	BRK	261.501	164.757	5904,71	3373,23	-	57,13	64,21
Macaé	PMIM	261.501	70.500	2500,00	0,00	100,00	0,00	26,50
Rio das Ostras	BRK	155.193	38.643	2495,23	2495,23	-	100,00	26,30
Rio das Ostras	SAAE	155.193	4.032	497,28	497,28	100,00	100,00	1,24
Nova Friburgo	Águas de NF	191.158	159.781	7928,49	7754,06	95,30	97,80	95,50

Fonte: SNIS (2021).

Vale ressaltar que são praticamente inexistentes as informações referentes a paralisações e intermitências no serviço prestado, bem como indicadores sobre qualidade.

A fim de contribuir para a universalização do saneamento básico e a melhoria da qualidade

da água na RH-VIII, o CBH Macaé destinou recursos financeiros para a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Macaé, que foi finalizado no primeiro semestre de 2021. Para finalização, foram realizadas 6 audiências públicas no mês de março de 2021, uma

em cada distrito do município de Macaé (Glicério, Frade, Córrego do Ouro, Cachoeiros de Macaé, Sana e Distrito Sede).

Além disto, o CBH Macaé realizou as seguintes ações em prol da melhoria do saneamento na RH-VIII:

- Conclusão do Projeto "Extensão da rede de esgotamento sanitário de Rio das Ostras - Loteamento Village e Trecho da Rua Joaquim José da Caridade"
- Aprovação do Projeto de Implantação de Rede Coletora de Esgoto na Bacia 05 - Nova Cidade, Trecho Rua Inajara, Rua Bangu e Outras;
- Aprovação do Projeto de Saneamento do Rio Boa Esperança no Distrito de Lumiar - Nova Friburgo – RJ;
- Aprovação do Projeto Reforma da Barragem Santa Margarida, em Nova Friburgo-RJ;
- Aprovação do Projeto Saneamento do Alto Curso do Rio Macaé e Afluentes - Nova Friburgo – RJ.

INVESTIMENTOS NA BACIA

Os investimentos na Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras são organizados e planejados de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que é um instrumento de planejamento para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos

hídricos na RH-VIII pelo período definido (2022-2025). A implementação planejada das metas, programas e ações dará suporte à consecução dos objetivos estabelecidos, permitindo que seja atingida a visão de longo prazo pretendida no Plano de Bacia. Os valores dos recur-

sos são distribuídos entre diversos programas, de acordo com o Plano de Bacia, e tendo em vista a previsão de arrecadação para o período. Nesta página pode ser observada a tabela do PPA 2022-2025 com seus programas e respectivas previsões de investimentos.

Quadro 5: Plano Plurianual de Investimentos da Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras para o período de 2022-2025.

PROGRAMAS		2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Saneamento	750.359,71	776.622,29	801.862,52	821.909,08	3.150.753,60
2	Contrato de Gestão 01/2012 - Custeio da Entidade Delegatária	608.663,47	629.966,70	650.440,61	666.701,63	2.555.772,41
3	Revisão do Plano de Recursos Hídricos da RH VIII	994.345,42	0,00	0,00	0,00	994.345,42
4	Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos	92.564,03	100.000,00	100.000,00	100.000,00	392.564,03
5	Ampliação do Cadastro e da Cobrança pelo Uso da Água	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
6	Enquadramento de Corpos de Água	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
7	Boas Práticas e PSA	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	500.000,00
8	Monitoramento Ambiental	0,00	142.124,13	155.479,92	160.547,31	458.151,36
9	Programa Estratégico de Comunicação e Mobilização Social	0,00	133.503,11	121.747,23	105.340,37	360.590,70
10	Educação Ambiental	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00
11	Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos com o Gerenciamento Costeiro	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
12	Escola/Escritório de Projetos	0,00	303.520,27	335.367,65	373.271,99	1.012.159,91
Previsão de Arrecadação		2.445.932,63	2.435.736,50	2.514.897,93	2.577.770,38	9.974.337,44

Fonte: Resolução CBH Macaé nº 138/2021.

O PPA 2022-2025 foi construído em conjunto com os membros do CBH Macaé, por meio da Oficina de Construção

do PPA 2022-2025, realizada no dia 07 de junho de 2021. As propostas construídas durante a oficina foram apresentadas à plená-

ria e a Resolução que institui o PPA 2022-2025 foi aprovada em 21 de junho de 2021 e homologada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

NOTÍCIAS DO **CBH MACAÉ**

COMITÊ DE BACIA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS DIVULGA CARTA SOBRE O 3º FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL

Participantes elaboraram documento buscando fortalecer a gestão participativa e minimizar impactos de empreendimentos na região

A manutenção da qualidade e da quantidade das águas e o direito universal ao saneamento foram temas abordados na terceira edição do Fórum Setorial da Sociedade Civil Professor Elmo Amador, organizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras. Após o evento, o Comitê divulgou, nesta semana, um documento que busca fortalecer a gestão participativa e minimizar os impactos da chegada de grandes empreendimentos na região.

O Fórum ocorreu em formato híbrido, no dia 15 de dezembro, com o tema: “A atuação do CBH perante a perspectiva de instalação de empreendimentos de alto impacto na Região Hidrográfica VIII”. Foi o primeiro evento híbrido da história do Comitê, com 10 participantes presenciais, na sede da APA Estadual Macaé de Cima, em Lumiar, distrito de Nova Friburgo, e 25 participantes por videoconferência.

A abertura do evento foi realizada pela Presidente do CBH Macaé, Katia Albuquerque, representante da sociedade civil pelo Instituto Bioacqua, de Nova Friburgo, que falou da importância do debate sobre a gestão dos recursos hídricos.

Na sequência, o historiador Arthur Soffiati palestrou sobre a

história do rio Macaé, mostrando as mudanças ocorridas na geomorfologia e na ocupação das margens rio desde seus primeiros registros, incluindo a degradação das áreas de brejo e de mangue e ressaltando as ameaças antrópicas que o rio vem sofrendo ao longo dos anos.

“O rio Macaé era um rio de referência. Ingleses e franceses passaram pelo rio Macaé várias vezes indo em direção a Baía de Guanabara, pois o Rio Macaé além de segurança, oferecia uma fonte de água doce para que os navios pudessem abastecer,” afirmou o professor Arthur Soffiati.

Ainda de acordo com Soffiati, nos anos de 1970 o Departamento Nacional de Obras (DNOS) realizou uma intervenção de retificação do rio Macaé, com o objetivo de torná-lo em um rio reto.

“Com a canalização, nós perdemos uma quantidade fantástica de água, que eu não consigo nem calcular. E o rio Macaé continua sendo ameaçado, hoje, pela crescente urbanização, pelo excesso de pavimentação, degradação e uso indevido. O reflorestamento é essencial para garantir as águas e o equilíbrio delas,” completou o professor Arthur Soffiati.

O evento contou ainda com

O evento contou ainda com a participação do palestrante Paulo Marinho, representante da instituição Terra Viva, que compartilhou experiências exitosas na Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (RH-VIII).

Para enriquecer ainda mais o debate, os palestrantes Ocimar Teixeira (presidente do CBH Rio Dois Rios e representante da sociedade civil) e Bernardo Furrer (RPPNs Rio Bonito de Lumiar e Canto da Coruja) falaram sobre a importância do rio Macaé e destacaram a necessidade da sociedade civil, das ONGs e dos agricultores estarem mais envolvidos nas discussões visando a conservação dos recursos hídricos.

Durante o evento também foi realizada uma dinâmica de grupos, em que os participantes debateram o importante papel das organizações da sociedade civil no equilíbrio de forças entre os setores envolvidos na gestão dos recursos hídricos, e discutiram sobre a perspectiva de instalação de empreendimentos de alto impacto na RH-VIII. Após os debates, foi iniciada a elaboração da Carta do Fórum, com a leitura feita pela coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CBH Macaé, Leideane Freire.



GRUPO DE TRABALHO ABERTURA DE BARRA ARENOSA E CANAL EXTRAVASOR DA LAGOA IMBOASSICA

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras aprovou a criação do Grupo de Trabalho Abertura de Barra Arenosa e Canal Extravasor da Lagoa Imboassica.

O grupo, vinculado à Câmara Técnica de Lagoas e Zona Costeira, foi criado a partir da necessidade de uma revisão da Resolução do próprio Comitê, que estabelece critérios para abertura emergencial da barra arenosa da Lagoa Imboassica, localizada entre os municípios de Macaé e Rio das Ostras.

Os crescentes usos e ocupações no entorno da lagoa e a necessidade do desenvolvimento de instrumentos de gestão que possam evitar prejuízos à população e suavizar os impactos ne-

gativos ao ecossistema, também contribuíram para criação do grupo.

Além de discutir sobre os critérios para abertura da barra arenosa, abertura do Canal Extravasor, revisar e propor alterações nas resoluções do Comitê referente ao tema, o grupo também deverá apresentar à Diretoria Colegiada e à Plenária, propostas de revisão de resoluções e demais informações relevantes acerca da abertura da barra arenosa e do Canal Extravasor da lagoa.

O Grupo de Trabalho é composto pelos seguintes membros:

André Luís Soares Smarra, representante da Associação de Moradores e Amigos de Lumiar (AMA Lumiar);

Leonardo Silva Fernandes e Magno Grati-vol Peixoto, representantes do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

Evelyn Raposo da Silva, representante da Prefeitura Municipal de Macaé;

Otávio José Costa Martins, representante da BRK Ambiental;

Thayná Fernandes Ribeiro Toledo, representante da Associação Raízes;

Guilherme Sardenberg Barreto, representante da S.O.S Praia do Pecado;

Luiz Henrique Souza Salgado, representante da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ);

Mauro Sergio Adiala Calixto, representante da Vale Azul Energia LTDA;

Marcos Cezar dos Santos e Marcelo Braga Pessanha, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-BIO);

Luiz Felipe Umbelino dos Santos, representante do Instituto Federal Fluminense – Campus Macaé.

Atalaia



O **Parque Atalaia** está localizado a 27 quilômetros do centro de Macaé, possui **235 hectares - 75% de mata fechada** - e é uma das poucas reservas de Mata Atlântica ainda **intactas** no Estado do Rio de Janeiro.

PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA ATALAIA

Criado em 1995, através do Decreto Federal nº 1595/1995 e regulamentado de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Parque Natural Municipal Fazenda Atalaia está localizado a 27 quilômetros do centro de Macaé.

Usado como o primeiro manancial de abastecimento da cidade com água potável, o parque fica na área da antiga Fazenda Atalaia, possui 235 hectares, com 75% de mata fechada e é uma das poucas reservas de Mata Atlântica ainda intactas no Estado do Rio de Janeiro.

Localizado na estrada para Córrego do Ouro, o local abriga um rico ecossistema em fauna e flora e tem sido destino certo para quem busca tranquilidade em meio ao ar livre e até mesmo aventura.

Através de um corredor ecológico de 14 quilômetros, o Parque será interligado a Reserva Biológica União, que irá recompor vegetação situada às margens do Rio Macaé, a partir do plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

No entorno do Parque Atalaia, cerca de 32,5 hectares de

áreas situadas entre as Fazendas Três Marias e Barrancas serão reflorestados. A medida não só permitirá a conexão entre o Parque e a Reserva Biológica União, como também integrará animais de diversas espécies nativas da região. O corredor ecológico promoverá até mesmo um “cinturão” de proteção, reduzindo efeitos de degradação. A iniciativa é fruto de um dos principais programas de reflorestamento da região, e as primeiras mudas que irão compor o corredor foram plantadas no final do mês de dezembro.



Macaé de Cima

Área De Proteção Ambiental encostas da **Serra do Mar** no município de **Nova Friburgo**, com **35.037 hectares** do ecossistema de **Mata Atlântica**. Criada pelo Decreto Estadual nº 29.213, de 14 de setembro de 2001. Corresponde ao local da nascente dos rios **Macaé e São João**. É notada por suas bromélias, algumas das quais são endêmicas na região, e animais silvestres.



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima possui uma área total de 35.037 hectares, com predominância do ecossistema de Mata Atlântica, e foi criada em 2001. É uma área considerada de extrema importância para a preservação e abrigo de inúmeras espécies da fauna e flora nativas, raras ou ameaçadas de extinção.

Notada por suas bromélias, algumas das quais são endêmicas na região, e animais silves-

tres a APA faz limite com cinco municípios: Macaé, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. É uma das principais bacias hidrográficas do estado do Rio, com área de drenagem de 1.765 Km², contando com importantes rios que abastecem diversas cidades.

Ela abrange 8% da área total da Bacia do Rio Macaé, onde estão situadas as nascentes dos rios São João, Bonito, das Flores, São Romão, Boa Espe-

rança e do próprio rio Macaé. Cerca de 60% do território da APA é coberto por mata nativa e por uma biodiversidade extraordinária.

A APA está localizada ao sul do município de Nova Friburgo (97%) e ao norte de Casimiro de Abreu (3%), na Região Serrana do Rio de Janeiro. Dela fazem parte os distritos friburguenses de Lumiar, São Pedro da Serra e parte de Mury, e, na parte de Casimiro, o distrito-bairro de Villa São Romão.

EXPEDIENTE

EQUIPE CILSJ – ENTIDADE DELEGATÁRIA

ADRIANA SAAD
Secretária Executiva

CLÁUDIA MAGALHÃES
Coordenadora Técnico-Administrativa

MARIANNA CAVALCANTE
Coordenadora de Projetos

GUILHERME MENDES
Analista Técnico

JULIANA LUZ
Assistente Administrativa

THIAGO CARDOSO
Assistente Administrativo

ADRIEL FERNANDES
Estagiário Técnico

VANESSA RANGEL
Estagiária Técnica

LARA DE ALMEIDA
Jovem Aprendiz

DIRETORIA DO CBH MACAÉ 2021-2022

KATIA REGINA SCHOTTZ COELHO
DE ALBUQUERQUE
Diretora Presidente

RODOLFO DOS SANTOS COUTINHO COIMBRA
Diretor Vice-presidente

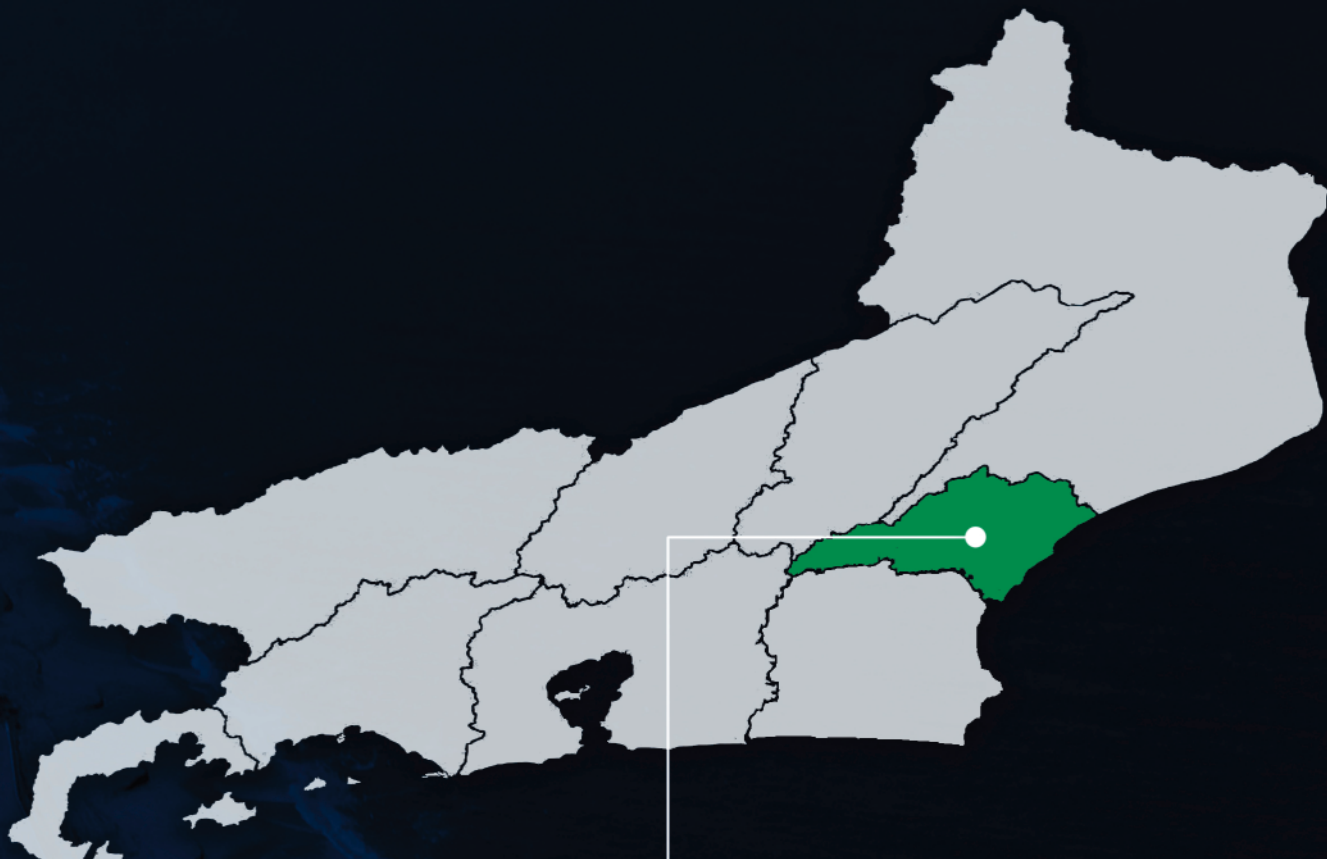
FERNANDO JAKITSCH MEDINA
Diretor

HALLISON DANIEL DO CARMO MARQUES
Diretor

JOLNNYE RODRIGUES ABRAHÃO
Diretor

THAYNÁ FERNANDES RIBEIRO TOLEDO
Diretora

REVISTA
ÁGUA
E
AMBIENTE



Endereço

**SEDE DA DELEGATÁRIA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO - CILSJ**

Rodovia Amaral Peixoto Km 106
Balneário | São Pedro da Aldeia
Tel.: (22) 2627-8539

SEDE CBHMO - ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Rua Santa Catarina nº 219 salas 502 e 503
Extensão do Bosque | Rio das Ostras
Tel: (22) 3034-2358

comitemacaeeedasostras@gmail.com
www.cbhmacae.eco.br



**COMITÊ DE BACIA
DO RIO MACAÉ**



**CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
LAGOS
SÃO JOÃO**